

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

José Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior

josearnaldo@usp.br

Nesta resenha, iremos abordar as idéias centrais que permeiam a obra *O enigma do capital*, de David Harvey. Nela, o autor apresenta uma leitura geográfica (empírica) das crises e do movimento do capital em busca de sua reprodução e evidencia questões relevantes como o papel da natureza e do espaço na dinâmica capitalista à luz da teoria do desenvolvimento geográfico desigual.

O geógrafo britânico, professor emérito de Antropologia no Centro de Pós-Graduação da City University of New York (CUNY-EUA), tem se destacado como um dos maiores intelectuais do nosso tempo cujas contribuições tem se expandido para além das fronteiras científicas da Geografia. Harvey tem buscado construir uma teoria da relação sociedade-espaço tomando como base a teoria marxiana.

No preâmbulo do *Enigma*¹, partindo de uma analogia com o fluxo de sangue, Harvey se propõe a compreender os mecanismos do **fluxo do capital**, a analisar a crise do *subprime* do mercado imobiliário, as condições para a continuação da acumulação de capital e a superação de barreiras espaciais. A obra está dividida em oito capítulos: (1) A Crise; (2) O Capital Reunido; (3) O Capital vai ao Trabalho; (4) O Capital vai ao Mercado; (5) O Capital Evolui; (6) A Geografia disso tudo; (7) A Destruição criativa da Terra e (8) Que fazer? E quem vai fazê-lo?. A obra conta ainda com um epílogo e dois apêndices: Principais Crises e Ajudas Estatais a Empresas 1973-2009 e Inovações Financeiras e Ajudas Estatais a Empresas 1973-2009.

Harvey inicia o *Enigma* analisando como a crise desencadeada em 2006 pelas hipotecas *subprime* tiveram conseqüências sociais drásticas. Os dados econômicos e sociais que Harvey apresenta demonstram que os bônus em Wall Street continuam bastante compensadores apesar da quebra de instituições de crédito como foi o caso do Lehman Brothers.

No segundo capítulo, Harvey define o capital como um processo que objetiva a perpetuação da acumulação de dinheiro. Harvey faz essa discussão com o intuito de

¹ Daqui em diante irei me referir à obra em questão apenas como *Enigma*.

destacar o poder que o capital tem de superar limites devido a sua fluidez e flexibilidade. Esses limites, como bem colocou Marx, aparecem como barreiras a serem superadas. Assim Harvey identifica **seis barreiras potenciais** à acumulação: (I) capital inicial sob a forma de dinheiro insuficiente; (II) escassez de oferta de trabalho ou dificuldades políticas com esta; (III) meios de produção inadequados, incluindo os chamados “limites naturais”; (IV) tecnologias e formas organizacionais inadequadas; (V) resistências ou ineficiências no processo de trabalho; e (VI) falta de demanda fundamentada em dinheiro para pagar no mercado.

O papel desempenhado pela acumulação original e a ascensão da burguesia na influência e reconstituição das formas de Estado, foram dois fatores fundamentais em que se baseou a constituição do **nexo Estado-finanças**². Neste sentido, Harvey salienta a criação de **instituições internacionais com caráter de Estado** como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico e o recurso à *acumulação por despossessão*³, a exemplo das hipotecas *subprime*, bem como, aos *ajustes espaciais*⁴ perpetrados com o objetivo de resolver o problema de absorção do capital excedente.

Os elementos necessários para que a produção ocorra são analisados no capítulo terceiro. O exército industrial de reserva e a acumulação por despossessão são importantes; não obstante, a redução da mortalidade infantil na China de Mao, por exemplo, também desempenha papel fundamental na reprodução da força de trabalho,

² Um bom exemplo que pode ser citado é o caso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O BNDES tem apoiado os chamados “campeões nacionais”, que se concentram no setor de *commodities* (soja, minério de ferro, etc.). O BNDES, que foi criado para potencializar a industrialização brasileira, está hoje mais voltado para o *financiamento* de empresas produtoras de *matérias-primas*. O banco tem escolhido os setores de papel e celulose, alimentos, frigorífico, petroquímico, petróleo e mineração para receber seus vultuosos empréstimos. No final de 2010, por exemplo, a Suzano Papel e Celulose recebeu um aporte financeiro no valor de 2,7 bilhões de reais do BNDES para a construção da unidade industrial do Estado do Maranhão e, dentre outros, a implantação da infraestrutura e apoio necessário à operação desta unidade, construção de planta de cogeração de energia de biomassa, capital de giro e aquisição de máquinas e equipamentos nacionais (Cf. SUZANO. **Relatório de Sustentabilidade 2010**. Disponível em www.suzano.com.br. Acesso em 27 de agosto de 2011).

³ O conceito de acumulação por despossessão (ou por espoliação) foi trabalhado por Harvey no seu livro **O novo imperialismo**, 4ªed. Loyola: São Paulo, 2010. A ideia central é que além dos mecanismos tradicionais da acumulação primitiva (mercadificação da força de trabalho, privatização da terra, expropriação dos camponeses, comércio de escravos, sistema de crédito, dívida pública) foram criados uma série de novos mecanismos de acumulação por espoliação, a saber: Acordo TRIPS (*Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*), biopirataria, mercadificação da natureza, regressão dos estatutos regulatórios destinados a proteger o trabalho, o patenteamento e licenciamento de material genético, privatização de bens públicos antes administrados pelo Estado.

⁴ A noção de *ajuste espacial* (spatial fix) está presente em seu livro **A produção capitalista do espaço**, 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2006. Com este conceito, David Harvey quer salientar que a função do *spatial fix* capitalista é mobilizar capital e força de trabalho em virtude da pressão exercida pelo excedente destes fatores numa determinada região econômica.

ao lado da redução salarial, proletarização de camponeses e ataques ao poder organizacional da classe trabalhadora.

Aliás, é interessante notar, o esforço que Harvey (2011, p. 66) faz buscando “tensionar” a categoria **natureza**: “é tão ampla e tão complicada que pode abranger praticamente tudo o que é material (incluindo, é claro, a chamada “segunda natureza” produzida pelas atividades humanas [...])”. Para Harvey (2011, p.66) a discussão de uma primeira e segunda natureza não é importante posto que mesmo “o conceito de recursos naturais⁵ é, por exemplo, uma avaliação técnica, social e cultural, de tal modo que qualquer escassez natural aparente pode, em princípio, ser mitigada, se não totalmente contornada por mudanças tecnológicas, sociais e culturais”. Não obstante ele questiona o próprio termo natureza qualificando-o como “simples demais para dar conta da imensa diversidade geográfica de formas de vida e da complexidade infinita dos ecossistemas interligados” (HARVEY, 2011, p.67).

No quarto capítulo, O Capital vai ao mercado, Harvey (2011, p. 91) aborda a particularidade da mercadoria de ser convertida em dinheiro. Numa perceptível alusão ao fetiche da mercadoria de Marx, ele mostra que “alguém tem de necessitar, querer ou desejar a mercadoria”, mas “também precisa ter o dinheiro para comprá-la”. Harvey (2011, p.92) retoma noções de subconsumo, “quando não há suficiente demanda efetiva para absorver os produtos produzidos”, e a solução de Rosa Luxemburgo na pressuposição da existência de uma demanda mobilizável extra fora do sistema capitalista.

Para o autor, a explicação das crises tem vindo de **três grandes campos do pensamento**: o esmagamento do lucro (os lucros caem porque os salários reais aumentam); a queda da taxa de lucro (mudanças tecnológicas que poupam trabalho se voltam contra o capitalista e a concorrência “ruinosa” derruba os preços); e as tradições do subconsumo (a falta de demanda efetiva e a tendência para a estagnação associadas com a monopolização excessiva).

⁵ Na mesma linha de raciocínio se enquadra a elucidação feita por A. C. R. Moraes (**Meio Ambiente e Ciências Humanas**. 4ªed. São Paulo: Annablume, 2005, p.118): “(...) recurso natural é um conceito do campo das ciências sociais, que nomeia uma apreensão de objetos da natureza que qualificam-se por sua potencialidade de utilização nos processos produtivos de uma sociedade. Trata-se, portanto, de uma visão social dos fenômenos e elementos naturais, isto é, tomados enquanto “natureza para o homem”. Não se trata de um “conceito-ponte” entre as ciências naturais e sociais, mas está claramente assentado nesse último campo. Não há recurso natural sem que a possibilidade de sua apropriação esteja dada, e esta implica a existência de sujeitos dotados de meios para seu consumo. Enfim, o recurso natural objetiva-se através de seu potencial de uso social.”

O capítulo 5 do *Enigma* retrata os inúmeros paradoxos da saga capitalista: crise de um lado, conhecimentos médicos de outro; degradação ambiental e aumento dos padrões de vida material; espiral da pobreza e revoluções nas comunicações. De fato o capital evolui, mas este processo requer estruturas de conhecimento, normas culturais e sistemas de crenças compatíveis com a acumulação do capital. E isso leva ao que ele chama de **sete esferas de atividade** a um contínuo processo de evolução a partir delas mesmas e na relação com as outras. São elas: tecnologias e formas de organização; relações sociais; arranjos institucionais e administrativos; processos de produção e de trabalho; relações com a natureza; reprodução da vida cotidiana e da espécie; e “concepções mentais do mundo”.

Em verdade, o capítulo é uma tentativa, por vezes direta, outras, indiretamente, de estabelecimento de um diálogo entre Darwin e Marx. Harvey cita o exemplo de Marx que faz referência à teoria da evolução das espécies de Darwin: “a tecnologia revela a relação ativa do homem com a natureza, o processo direto da produção de sua vida e, assim, define também o processo de produção das relações sociais de sua vida e das concepções mentais que fluem dessas relações” (HARVEY, 2011, p.106). Dessa forma, Harvey reintroduz a questão da natureza pontuando que ela evolui independentemente, assim como as outras seis esferas de atividade, configurando uma **totalidade socioecológica**.

Harvey busca geografizar o movimento do capital ao redor do mundo no sexto capítulo. Se a crise começou localizada nos Estados Unidos, ela se espalhou velozmente por todo o mundo. Harvey aponta as diferenças de manifestação da crise em países como China, Islândia, Holanda, Alemanha. Isso mostra que a crise, para além de ser um fracasso estadunidense, é um problema sistêmico do capitalismo cujas respostas políticas e econômicas advêm de determinados contextos geográficos. A **teoria do desenvolvimento geográfico desigual**⁶ mostra que uma causa igual (a crise das hipotecas *subprimes*) pode ter efeitos diferentes nos mais diversos países e continentes.

A produção do espaço é algo central na reprodução do capitalismo. Depois de citar a famosa afirmação de Marx presente nos *Grundrisse* da destruição do espaço pelo tempo, Harvey alerta para a importância psicológica da dominação do espaço e

⁶ Além de David Harvey, é mérito de Neil Smith (1954-2012) a construção da referida teoria. Em 1984, nos Estados Unidos, publica seu principal livro **Desenvolvimento Desigual** (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988). Procurando demonstrar o caráter geográfico do desenvolvimento desigual e partindo de uma análise marxista, Neil Smith atrela o conceito filosófico de *produção do espaço* ao mecanismo analítico-geográfico das *escalas* com o intuito de espacializar a economia política capitalista. Nesse sentido constata uma dialética entre diferenciação e equalização geográficas.

conquista da natureza e mercado mundial. O resultado dessa psique coletiva das sociedades capitalistas é a mobilidade ampliada do capital que resulta no que Harvey chamou de **compressão do tempo-espaço**⁷.

No capítulo que trata de destruição criativa da terra, Harvey (2011, p.152) retoma a questão da influência humana sobre a natureza, apontando que a destruição criativa “era em geral conceitualizada em termos de uma dominação humana triunfalista sobre a natureza”. O autor salienta que o homem não domina a natureza haja vista as conseqüências ambientais e extinções de espécies e habitats.

O geógrafo em tela aponta ainda a importância de se analisar o Estado moderno como uma **forma territorial de organização social**. Harvey (2011, p.157) nos diz que: “foram as principais potências capitalistas que dividiram grande parte da superfície da terra em áreas coloniais e imperiais, especialmente no período de 1870 a 1925”.

Harvey (2011, p.172) enxerga também a existência de um novo imperialismo definido pela **hegemonia financeira**. Isso porque no desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo, as lógicas políticas que atravessam estados e órgãos supra-estatais cuja atuação tem marcado caráter financeiro, têm demonstrado nos últimos trinta anos que a língua do imperialismo e do colonialismo tem sido menos relevante do que a luta pela hegemonia.

Ao final, quando se pergunta sobre “o que fazer e quem vai fazê-lo”, Harvey sintetiza as suas principais contribuições advindas dos capítulos anteriores e analisa as possibilidades de movimentos alternativos ao capitalismo surgirem num momento de crise e de manutenção de crescimento composto. Para ele, os movimentos anticapitalistas devem ser classistas e evitar subjetividades políticas como raça, gênero, etnia e religião. Além disso, Harvey pontua a importância de uma aliança entre o proletariado e os camponeses que leve em conta uma política de despossessão sob a égide do socialismo e do comunismo. Está claro que um dos nossos objetivos é unificar-nos em torno do Partido da Indignação e derrotar o Partido de Wall Street.

⁷ Sobre a compressão do tempo-espaço assim se pronunciou Harvey em sua **Condição pós-moderna** (19ªed. São Paulo: Edições Loyola, 2010, p.7, grifos meus): “Vem ocorrendo uma mudança abissal nas práticas culturais, bem como político-econômicas, desde mais ou menos 1972. Essa mudança abissal está vinculada à emergência de novas maneiras dominantes pelas quais experimentamos o tempo e o espaço. Embora a simultaneidade nas dimensões mutantes do tempo e do espaço não seja prova de conexão necessária ou causal, podem-se aduzir bases *a priori* em favor da proposição de que há algum tipo de relação necessária entre a ascensão de formas culturais pós-modernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de “**compressão do tempo-espaço**” na organização do capitalismo”.

Finalmente, no Epílogo, Harvey destaca como o neoliberalismo busca individualizar os custos da reprodução social sob a égide de um discurso falacioso de antiestatismo e defesa da liberdade individual. O assalto ao bem-estar social e as políticas de austeridade se mostraram contraproducentes e a conformação de blocos hegemônicos nos leva à uma necessidade política de desvendar “o enigma do capital” e, assim, preparar a transição para o comunismo.